

**PROCESSO:** TCE-RJ Nº 248.160-8/23

**ORIGEM:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

**ASSUNTO:** REPRESENTAÇÃO EM FACE DE LICITAÇÃO

**INTERESSADO:** FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTÕES E BENEFÍCIOS LTDA - FRICARD

### **DECISÃO MONOCRÁTICA**

Art. 249, III<sup>1</sup>, do Regimento Interno do TCE-RJ - RITCERJ

**EMENTA.** REPRESENTAÇÃO EM FACE DE LICITAÇÃO. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2023. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA E MONITORAMENTO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO. CONHECIMENTO. DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA. COMUNICAÇÃO. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO. DETERMINAÇÃO. REMESSA.

Trata-se de Representação (peça 4) com pedido de tutela provisória de urgência formulada pela sociedade empresária Friburgo Tecnologia da Informação e Administradora de Cartões e Benefícios Ltda. – FRICARD, em face da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, diante de supostas irregularidades perpetradas ao Edital de Pregão Eletrônico nº 157/2023, do tipo menor valor global, cujo objeto é a contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço Municipal de Transporte Coletivo do Município de Nova Friburgo, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, no valor de R\$ 15.083.125,60 (quinze milhões, oitenta e três mil, cento e vinte cinco reais e sessenta centavos), com o certame previsto para ocorrer em 14.09.23, às 10h.

---

<sup>1</sup> Art. 249. O Relator, inclusive o Conselheiro-Substituto nos processos que lhe forem distribuídos, esteja este ou não em substituição, poderá adotar decisão monocrática independentemente de prévia manifestação da Secretaria-Geral de Controle Externo e do parecer do Ministério Público de Contas, ou do seu teor:

III - na apreciação de tutelas provisórias.

A Representante aponta as seguintes irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico nº 157/2023:

- (i) Itens do Edital que impedem a participação de várias empresas do segmento de transporte, incluindo o Representante – itens 7.4, 7.4.6, 7.4.7 e 7.4.8 do Edital;
- (ii) Divergência no Edital quanto aos valores de proposta – item 12.7.1;
- (iii) Erro material do Edital, diante da ausência do item 2.5 informado no item 6.5;
- (iv) Exigência de parcela de maior relevância acima do permissivo legal – item 11.10.1.2.

Assim, requer, em sede de tutela antecipada, a suspensão do procedimento licitatório. No mérito, pretende a exclusão das cláusulas impeditivas de participação constantes nos itens 7.4.6, 7.4.7 e 7.4.8 e que sejam invalidados todos os atos que venham a ser praticados.

Em 13.09.23, proferi Despacho (peça 7) nos seguintes termos:

- I.** Pela **COMUNICAÇÃO** à Representante, nos termos do art. 15, I, c/c art. 248, I, do RITCERJ, para que, **no prazo de 48 (quarenta e oito) horas**, adote as medidas necessárias ao saneamento do feito mediante a apresentação de documentação que comprove a impugnação administrativa ou esclarecimentos ao Edital combatido ou outro documento capaz de demonstrar a sua legitimidade para apresentação de Representação perante esta Corte de Contas;
- II.** Pela **DETERMINAÇÃO** à Subsecretaria das Sessões – SSE, para que providencie, preferencialmente por meio eletrônico, a comunicação da Representante, nos termos do **item I**; e
- III.** Pelo **RETORNO** dos autos a este Gabinete, após decurso do prazo previsto no item I, com ou sem a juntada da documentação solicitada, para prolação de decisão.

Em 19.09.23 (peça 13), a Coordenadoria Setorial de Prazos e Diligências – CPR informou que:

Tendo em vista não ter sido apresentada a esta Corte nenhuma documentação em atendimento ao **Ofício PRS/SSE/CGC n.º 25075/2023** emitido em decorrência do Despacho Saneador exarado pelo **Excelentíssimo Conselheiro MÁRCIO HENRIQUE CRUZ PACHECO – MHCP**, em 13.09.23, retornamos o presente ao seu gabinete em atendimento ao item III do referido despacho.

**Eis o Relatório.**

Como de sabença, norteiam os procedimentos licitatórios os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, economicidade, competitividade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal, art. 3º da Lei nº 8.666/93 e art. 5º da Lei nº 14.133/21).

Inicialmente, apesar de a Representante não ter atendido ao Despacho proferido em 13.09.23, em consulta ao sítio eletrônico da Muncipalidade<sup>2</sup>, verifico que foi juntada a impugnação administrativa formulada pela empresa em face do Edital combatido:

Edital			
Esclarecimentos / Impugnações			
Nome	Publicado em	Atualizado em	Checksum
Impugnação Tacom	18/09/2023 10:37	18/09/2023 10:37	e0be5c3d0b9c5c1cbffd47132ec33a7e376dfce9
Pedido de Esclarecimento Tacom anexo VII	18/09/2023 10:38	18/09/2023 10:38	9ae99a897877c8843954209329b88fd3ce787fc2
Esclarecimentos Riocard 3, 4 e 5	20/09/2023 09:10	20/09/2023 09:10	690ca8088cb631936d35bc5d1ee142eef28c902c
IMPUGNAÇÃO EVERTON WINTER DA SILVA	18/09/2023 11:27	18/09/2023 11:27	335acedbe3d55c8d93c5f12273801338a831b9b9
IMPUGNAÇÃO FRICARD PROCESSO 24.218/2023	21/09/2023 12:23	21/09/2023 12:23	8e22d8c0c35c672e6939f185b304e4cf1645a720
IMPUGNAÇÃO HUMBERTO ALVAREZ PROCESSO 24.221/2023	18/09/2023 11:37	18/09/2023 11:37	4afaa8325100d4dee7328f9c982131966ccaf70c
IMPUGNACAO-RIOCAR-PROC-24119-23	18/09/2023 10:40	18/09/2023 10:40	efc61558d805ce97c55e5a59977de0044c6f9ae5
IMPUGNACAO-TRANSATA-PROC-24280-2023	18/09/2023 11:48	18/09/2023 11:48	98aeefab5d84b23260ad90085ede425296f37703e
IMPUGNACAO-TACOM-PROC-24289-2023	18/09/2023 11:50	18/09/2023 11:50	e2c8ce8cd454ee7f2ede2550f0f42248c7d0c745
ESCLARECIMENTO TACOM	18/09/2023 10:40	18/09/2023 10:40	2097dad3c7cc0eb378716de504e918c27213cb0b
SOLICITACAO-DE-PRORROGACAO-DE-PRAZO-PARA-ENVIO-DE-PROPOSTAS-RIOCARD-EDITAL-DE-LICITACAO-PREGAO-No-1572023	21/09/2023 12:03	21/09/2023 12:03	1b20e7f915477c17fb6c73e4f74a39f70de40e72
ESCLARECIMENTO TACOM2	20/09/2023 09:09	20/09/2023 09:09	e823caf745b60d3c16912cc9327d5c1de6dca594
Pedido de esclarecimento Byllingpay	18/09/2023 10:42	18/09/2023 10:42	3d44b6201f838092581039f20551ae90b18bbe7c
ESCLARECIMENTO DATAPROM	18/09/2023 10:43	18/09/2023 10:43	1462738e3c236379ef8dbee4a382600ceb7bb4e6
Pedido de Esclarecimento Riocard 1	18/09/2023 10:43	18/09/2023 10:43	71f72eb210b817c20fd3d9ae7a2f6ece4b15ade3
Pedido de Esclarecimento Riocard 2	18/09/2023 10:44	18/09/2023 10:44	372adc10099f9f5e9d9b439ddca668c5c86eebaa
Impugnação Riocard	18/09/2023 11:36	18/09/2023 11:36	fe9c91045e57c5700980835b28004455b4180825
Pedido de Esclarecimento Transdata	18/09/2023 10:45	18/09/2023 10:45	3614e4a3ed623d2d247ecd47f63b5d7a33cf17c5
Impugnação Transdata	18/09/2023 10:46	18/09/2023 10:46	89be80abe35d7e0487e7ebbe91668caf6359fd47

<sup>2</sup> <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacaoView/?id=1111>, acesso em 21.09.23.

Ainda, pelo Portal [compras.gov.br](http://compras.gov.br), é possível verificar que a empresa apresentou proposta no dia 14.09.23<sup>3</sup>, após o protocolo desta Representação junto a esta E. Corte de Contas, tornando-se licitante:

Pregão/Concorrência Eletrônica							
Pregão nº 1572023 - (Decreto Nº 10.024/2019)							
Item: 1 - Controle de Acesso - Bilheteiro							
Tratamento Diferenciado: -							
Aplicabilidade Decreto 7374: Não							
Valor Estimado: R\$ 15.083.125,6000							
Melhores Lances							
CNPJ/CPF	Razão Social / Nome	Ordem Ofertada	Melhor Lance (R\$)	Data/Hora Melhor Lance	Valor Negoc. (R\$)	Situação do Lance	Anexo
09.127.934/0001-63	RJOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S/A	1	14.800.000,0000	14/09/2023 10:22:06:053			
Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de empresa para o saneamento do Sistema de Bilheteiro Eletrônico e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do município de Nova Friburgo/RS, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses...							Consultar
Porte Empresas: Densidade (Diferente de ME/EPP) - Declaração ME/EPP: Não							
Situação Convocação Etapa Fechada: Convocado							
26.527.128/0001-27	FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMACAO E ADMINISTRADORA DE CARTOES E BENEFICIOS LTDA	1	15.050.000,0000	14/09/2023 10:22:57:897			
Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento, instalação, configuração, manutenção, implantação, suporte e treinamento do sistema de bilheteiro...							Consultar
Porte Empresas: Densidade (Diferente de ME/EPP) - Declaração ME/EPP: Não							
Situação Convocação Etapa Fechada: Convocado							
Para mais informações sobre o porte da empresa, clique aqui.							

Desta forma, diante da referida consulta, é possível confirmar que a Representante ostenta legitimidade para propositura da presente Representação, nos termos do artigo art. 108, inciso VI, do RITCERJ<sup>4</sup>.

De igual forma, os pressupostos de admissibilidade do art. 109 do RITCERJ encontram-se presentes, uma vez que *esta Representação foi proposta por um dos legitimados do art. 108; refere-se sobre matéria de competência deste Tribunal; refere-se à órgão ou entidade sujeito à sua jurisdição; está redigida em linguagem clara e objetiva; contém informações sobre o fato, as circunstância e os elementos de convicção; está acompanhada de prova ou suficiente indicio concernente à ilegalidade ou irregularidade; e não versa sobre interesse exclusivo do particular.*

Isto posto, decido pelo **conhecimento** da presente Representação.

Pois bem. **Passo à análise do pedido de tutela provisória requerida.**

<sup>3</sup> [http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/lista\\_propostas\\_encerradas.asp?ipgCod=31210810&prgCod=1152327](http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/lista_propostas_encerradas.asp?ipgCod=31210810&prgCod=1152327), acesso em 21.09.23.

<sup>4</sup>Art. 108. São legitimados para apresentar representação junto ao Tribunal:  
VI - qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica quanto a irregularidades na aplicação da legislação pertinente a licitações e contratos administrativos, desde que demonstrado o interesse processual.

Cumpre mencionar que, neste momento, a exposição e a fundamentação da presente decisão limitam-se à apreciação do pedido cautelar, mediante a verificação da presença dos requisitos necessários à concessão da tutela provisória requerida pela Representante, com fulcro no *caput* do artigo 149 do RITCERJ, quais sejam, *fumus boni iuris* e *periculum in mora*.

Nesta toada, ressalto que a tutela de urgência pode ser cautelar ou satisfativa (esta também conhecida como tutela antecipada de urgência), nos termos do que dispõe o art. 294, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Ambas as modalidades de tutela de urgência, portanto, têm como requisito essencial de concessão a existência de uma situação de perigo de dano iminente, resultante da demora do processo (*periculum in mora*). Este perigo pode ter por alvo a própria existência do direito material (caso em que será adequada a tutela de urgência satisfativa) ou a efetividade do processo (hipótese na qual adequada será a tutela cautelar).

O *periculum in mora*, porém, embora essencial, não é requisito suficiente para a concessão de tutela de urgência. Esta, por se fundar em cognição sumária, exige também a probabilidade de existência do direito (conhecida como *fumus boni iuris*), como se pode verificar pelo texto do art. 300 do CPC, segundo o qual “[a] tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.

Sobre o referido requisito indispensável à concessão da medida cautelar, assim nos ensina o Prof.º Elpídio Donizetti<sup>5</sup>, “[...] em outras palavras, se por meio de cognição sumária o juiz verificar que pode ser o autor o titular do direito material invocado e que há fundado receio de que esse direito possa experimentar dano ou que o resultado útil do processo possa ser comprometido, a tutela provisória será concedida sob o fundamento da urgência”.

Neste sentido, para que se configurem os requisitos anteriormente mencionados, faz-se necessária a análise dos seguintes itens: **Probabilidade do Direito** (*fumus boni iuris*) e **Risco ao Resultado Útil do Processo** (*periculum in mora*).

---

<sup>5</sup> [DONIZETTI, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil – 22. ed. – São Paulo: Atlas, 2019. Pág. 416].

A Representante aponta como irregularidade o item 11.10.1.2, alínea “e”, do Edital, que prevê a exigência de parcela de maior relevância acima do permissivo legal quanto à comprovação de capacidade técnico-operacional:

#### **11.10 – Da Capacidade Técnica**

**11.10.1** - A documentação relativa à qualificação técnica do licitante se comprovará mediante a apresentação de certidões de acervo técnico e/ou atestado, observada as seguintes condições:

[...]

**11.10.1.2** - No caso de CONSÓRCIO, de pelo menos um membro do CONSÓRCIO considerado isoladamente, em pelo menos 1 (uma) das atividades a seguir:

[...]

e) Comprovar qualificação técnica do licitante, ou, no caso de CONSÓRCIO, de pelo menos um membro do CONSÓRCIO, com experiência no monitoramento de frota e controle de quilometragem rodada em sistema com, no mínimo, **150 (cento e cinquenta) veículos** (grifo nosso).

Ainda, prossegue aduzindo que, na Proposta Comercial constante no Anexo I do Edital, verifica-se que toda contratação está estruturada para **138 (cento e trinta e oito) veículos**, bem como os respectivos pontos de instalações e monitoramentos.

Portanto, afirma que a Administração, ao exigir a parcela de maior relevância, excedeu ao quantitativo permitido de 50% (cinquenta por cento), posto exigiu a comprovação de 108% (cento e oito por cento).

Cabe aqui colacionar o Anexo I do Edital, que prevê o quantitativo de *Chip SIM* e *SAM*:

<b>2.4.4</b>	<b>Software para Controle e Supervisão Operacional</b>	<b>138</b>	
	Chip SIM	138	
	Chip SAM	166	
	AVL	138	
	Câmeras fixas para uso embarcado	138	

Ainda, trago à baila os itens 2.1.2 e 2.1.3.3 do Edital, que dispõem que os *Chip SIM* e *SAM* serão fornecidos **de acordo com o quantitativo de veículos da frota operadora do sistema** de transportes públicos, o que, por decorrência lógica, nos leva a crer que será utilizado **um chip para cada veículo**:

#### **2.1.2. Chip de Dados e conectividade – SIM**

O SIM Card, conhecido popularmente como Chip SIM, é um dispositivo de conectividade, inserido no validador, utilizado para transmissão das informações do validador para o Software de Gestão do SBE e vice-versa. Os chips SIM são conectados e trafegam dados nas antenas das operadoras homologadas pela ANATEL.

Cada validador será equipado com um Chip SIM, portanto o dimensionamento do presente item acompanha o quantitativo de veículos da frota operadora do sistema de transportes públicos.

[...]

#### **2.1.3.3 [...]**

[...]

Cada validador será equipado com, ao menos, um Chip SAM, fornecido pela Contratada, e o dimensionamento deste item acompanha o quantitativo de veículos da frota da operadora do sistema de transporte público do Município, acrescido de um percentual de 20% de chips que serão denominados como chips Master a ficarem na central de processamento das informações. Ainda deve-se contabilizar a necessidade de um chip SAM para cada equipamento de ATM ou POS a ser implantado no SBE.

Logo, a previsão do item 11.10.1.2, alínea “e”, do Edital, ao determinar o quantitativo de **150 (cento e cinquenta) veículos**, afronta o entendimento pacífico desta E. Corte de Contas sobre a comprovação de capacidade técnico-operacional, posto que tal exigência não pode ser superior a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo pretendido.

Neste sentido, a matéria encontra-se sumulada por este E. Tribunal de Contas, *in verbis*:

#### **Súmula nº 13**

Nos editais de licitação, caso haja exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional por meio de certificado no qual conste referência a quantitativos mínimos, tal exigência deve ser limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado **e não pode ser superior a 50% do quantitativo pretendido**, salvo justificativa específica e tecnicamente fundamentada (grifo nosso).



Assim também é o entendimento pacificado deste E. Tribunal de Contas, conforme julgado nos autos do processo TCE-RJ nº 225.455-4/22, Acórdão 166175/22, de relatoria da Exma. Sra. Conselheira Marianna Montebello Willeman, em 16.11.22:

*Com efeito, segundo entendimento já exarado pelo TCU, “é irregular a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo licitatório” (Acórdão 2924/2019, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler).*

Destarte, o órgão ou entidade da Administração Pública, ao elaborar seu instrumento convocatório, pode exigir a comprovação de determinadas quantidades relativas às parcelas de maior relevância do objeto e de valor significativo, por meio dos atestados de capacidade técnico-operacional, **desde que não seja superior a 50% (cinquenta por cento) da referida parcela do objeto.**

Por tal motivo, verifico que a exigência de capacitação técnico-operacional do Edital ora em análise, afronta o entendimento deste Tribunal de Contas, caracterizando assim a irregularidade apontada pela Representante.

Por todo o exposto, entendo configurada a presença do *fumus boni juris*, requisito necessário à concessão da medida cautelar requerida, nos termos do artigo 149 do RITCERJ.

Da mesma forma, resta evidenciado o *periculum in mora* necessário à adoção da medida, uma vez que o certame do Pregão Eletrônico nº 157/2023 foi iniciado em 14.09.23, estando em fase de análise dos documentos de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar<sup>6</sup>:

---

<sup>6</sup> [http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/lista\\_propostas\\_encerradas.asp?ipgCod=31210810&prgCod=1152327#](http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/lista_propostas_encerradas.asp?ipgCod=31210810&prgCod=1152327#)  
<http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/anexosPorFornecedor.asp?ippCod=188317004>, acesso em 21.09.23



Pregão/Concorrência Eletrônica							
Pregão nº 1572023 - (Decreto Nº 10.024/2019)							
Item: 1 - Controle de Acesso - Bilheteiro							
Tratamento Diferenciado: -							
Aplicabilidade Decreto 7374: Não							
Valor Estimado: R\$ 15.083.125,6000							
Melhores Lances							
CNPJ/CPF	Razão Social/ Nome	Qtde. Ofertada	Melhor Lance (R\$)	Data/Hora Melhor Lance	Valor Negoc. (R\$)	Situação do Lance	Anexo
09.127.934/0001-63	RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S/A	1	14.800.000,0000	14/09/2023 10:22:06:053			Consultar
Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do município de Nova Friburgo/RJ, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, em conformidade com as condições e especificações técnicas e descrições contidas no Termo de Referência, ANEXO II, deste edital.							
Porte Empresa: Demais (Diferente de ME/EPP) Declaração ME/EPP: Não							
Situação Convocação Etapa Fechada: Convocado							
28.527.128/0001-27	FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMACAO E ADMINISTRADORA DE CARTOES E BENEFICIOS LTDA	1	15.050.000,0000	14/09/2023 10:22:57:897			Consultar
Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento, instalação, configuração, manutenção, implantação, suporte e treinamento de sistema de bilhetagem...							
Porte Empresa: Demais (Diferente de ME/EPP) Declaração ME/EPP: Não							
Situação Convocação Etapa Fechada: Convocado							
Para mais informações sobre o porte da empresa, clique aqui.							

Compras.gov.br		
Governo do Estado do Rio de Janeiro Município de Nova Friburgo		
Pregão nº 1572023 - (Decreto Nº 10.024/2019)		
Modo de Disputa: Aberto/Fechado		
Objeto: Contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do município de Nova Friburgo/RJ, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, em conformidade com as condições e especificações técnicas e descrições contidas no Termo de Referência, ANEXO II, deste edital.		
Referência: ANEXO II, deste edital.		
Data/Hora Fim Envio Propostas: 14/09/2023 10:00		
Data da Abertura da Sessão: 14/09/2023 10:00		
Fornecedor: 09.127.934/0001-63 - RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S/A		
DOCUMENTOS DE PROPOSTA/HABILITAÇÃO		
Anexo	Tipo	Enviado em:
Proposta.zip	Proposta	14/09/2023 09:25
Habilitacao.zip	Habilitação	14/09/2023 09:30
ANEXOS DO ITEM		
Item: 1 - Controle de Acesso - Bilheteiro		
Tratamento Diferenciado: -		
Anexo/Planilha	Enviado em:	
Proposta ajustada e Docs Técnicos.zip	14/09/2023 19:32	

Outrossim, reforçando a probabilidade do direito, estamos diante de exigência que pode comprometer a competitividade do procedimento licitatório, violar a legislação vigente, em descompasso com os princípios da impessoalidade, economicidade e do interesse público, fato este que exige a atuação desta Corte de Contas, a fim de obstar possíveis irregularidades nas contratações públicas.

Por fim, entendo pelo deferimento da medida cautelar, sem prejuízo de comunicação ao Jurisdicionado, para que se pronuncie acerca dos questionamentos trazidos pela Representante, em respeito aos princípios do contraditório e ampla defesa.

Após a comunicação, com ou sem pronunciamento do Jurisdicionado, considero necessária a remessa dos autos à Secretaria-Geral de Controle Externo – SGE e ao Ministério Público de Contas – MPC, para manifestação, retornando o feito, posteriormente, a este Gabinete.

Isto posto,

**DECIDO:**

**I.** Pelo **CONHECIMENTO** desta Representação, face o atendimento aos pressupostos de admissibilidade e legitimidade, nos termos do art. 108, VI, e 109 e seus incisos c/c art. 74 do RITCERJ;

**II.** Pelo **DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA**, nos termos do disposto no artigo 149 do RITCERJ, determinando ao atual Secretário Municipal de Governo de Nova Friburgo que **suspenda o procedimento licitatório** conduzido nos autos do Edital Pregão Eletrônico nº 157/2023, no estado em que se encontra, **abstendo-se de adjudicar o objeto, homologar o resultado ou celebrar o contrato**, sob pena de aplicação de multa em caso de descumprimento;

**III.** Pela **COMUNICAÇÃO**, **por meio de Técnico de Notificações**, sem prejuízo do envio por meio eletrônico, ao atual Secretário Municipal de Governo do Município de Nova Friburgo, nos termos do artigo 15, I, do RITCERJ, para que tome ciência da presente Representação e, **no prazo de 15 (quinze) dias**, a contar da ciência desta decisão, apresente os devidos esclarecimentos acerca das alegações da Representante;

**IV.** Pela **COMUNICAÇÃO**, **por meio de Técnico de Notificações**, sem prejuízo do envio por meio eletrônico, ao atual Prefeito do Município de Nova Friburgo, nos termos do artigo 15, I, do RITCERJ, para que tome ciência desta decisão;

**V.** Pela **COMUNICAÇÃO** ao titular do Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, para que acompanhe o cumprimento da presente decisão e, em caso de descumprimento, dê ciência imediata a este Tribunal, sob pena de **responsabilidade solidária**, de acordo com o art. 53, IV, e art. 55 da Lei Complementar nº 63/90;

**VI.** Pela **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO** à Representante, para que tome ciência desta decisão, nos termos do art. 110 do RITCERJ;

**VII.** Pela **DETERMINAÇÃO** à Subsecretaria das Sessões – SSE, para que providencie, por meio eletrônico, a oitiva do Jurisdicionado, a fim de que, na forma prevista no art. 149 c/c art. 17, § 3º, do RITCERJ, se pronuncie, **no prazo do item III**, acerca das irregularidades suscitadas pela Representante, encaminhando os elementos necessários; e

**VIII.** Pela **REMESSA** à Secretária-Geral de Controle Externo – SGE, para que, findo o prazo, com ou sem resposta do Jurisdicionado, manifeste-se nos autos, nos termos em que entender cabíveis, com posterior remessa ao Ministério Público de Contas - MPC, retornando-se posteriormente os autos a este Gabinete.

**CONSELHEIRO MÁRCIO PACHECO**

*Documento assinado digitalmente*